



Planos

Locais

de

Leitura



Boletim Informativo
MAI 2025 · N.º 3

Submissão de artigos por Municípios PLL

Tem um projeto inspirador ou um evento relevante no âmbito dos Planos Locais de Leitura? Partilhe-o connosco!

O nosso Boletim Informativo é o espaço ideal para divulgar as suas iniciativas e enriquecer a nossa rede PLL. Junte-se a nós e ajude a promover a leitura em comunidade!

Aceda [aqui](#) para saber como.

Caso pretenda subscrever o Boletim Informativo, siga este [link](#).

Em caso de dificuldade de visualização, poderá aceder a este Boletim no site do Plano Nacional de Leitura.



Editorial

Levar a leitura aos territórios: uma urgência estratégica

Levar a leitura aos territórios não é apenas uma questão de acesso — é, sobretudo, uma questão de cidadania, de coesão social e de justiça cultural. A leitura tem o poder de transformar vidas, mas para que essa transformação aconteça de forma duradoura e equitativa, é fundamental que as políticas públicas de promoção da leitura sejam construídas com os territórios, e não apenas para eles.

O exemplo brasileiro, descrito no testemunho do Doutor José Castilho, fundador do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), é inspirador. No Brasil, um país de dimensões continentais e com profundas desigualdades regionais, a construção do plano nacional só foi possível graças a um esforço de escuta e participação que percorreu todos os estados. Esta abordagem colaborativa permitiu não só desenhar políticas mais justas e eficazes, mas também mobilizar as comunidades em torno da leitura como direito fundamental.

Portugal, apesar da menor dimensão territorial, é também um país marcado por contrastes regionais. A nossa visita pelo país, durante a Semana da Leitura, que decorreu em abril, evidenciou tanto os desafios comuns como as especificidades locais: do isolamento das populações envelhecidas no interior à urgência de inclusão dos imigrantes nas periferias urbanas; das limitações orçamentais de algumas autarquias à vibrante participação cívica que floresce noutras; das bibliotecas que lutam com escassez de recursos àquelas que se tornaram centros vivos de cultura e encontro.

A perceção dos executivos municipais sobre a leitura varia significativamente: há concelhos onde a promoção da literacia é entendida como eixo estratégico de desenvolvimento local — e outros onde ainda não ocupa o lugar que merece. Reconhecer estas assimetrias é o primeiro passo para superá-las. A leitura não pode ser um luxo geográfico. Deve ser uma presença constante, próxima, quotidiana — seja numa aldeia do interior ou num bairro urbano multicultural. Quando estes argumentos não são suficientes, podemos contar também com os económicos: a World Literacy Foundation publicou um relatório^{*}, em 2023, acerca dos custos da iliteracia nos países do mundo. Aconselhamos a que o consultem e vejam os custos que tem para Portugal.

Por isso, insistimos: é preciso levar a leitura aos territórios. Não com soluções importadas, mas com propostas construídas localmente, em diálogo com os agentes culturais, sociais e educativos de cada lugar. A leitura pode ser ponte entre gerações, instrumento de inclusão, motor de desenvolvimento. Mas, para isso, precisa de chegar a todos — com qualidade, com continuidade e com a convicção de que cada leitor conta.

* [The-Economic-Social-Cost-of-Illiteracy-2023.pdf](#)

As Comissárias do Plano Nacional de Leitura

Regina dos Santos Duarte

Andreia Brites



Artigo de Enquadramento



Brasil: formar leitores na diversidade e nos territórios

José Castilho

Políticas públicas de leitura

Diversidade cultural

Democracia participativa

Formação de leitores

Inclusão social

Os planos locais devem expressar as necessidades sentidas pelos habitantes do município e/ou do estado, reconhecendo em profundidade as singularidades desses territórios.

O primeiro Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil/PNLL foi construído e estruturado de 2006 a 2010. O Plano nasceu com a ambição de ser uma Política de Estado – permanente, estruturante, inclusiva, supragovernamental – que alinhasse o Estado brasileiro, a começar pela Educação e pela Cultura, à missão de tornar o Brasil um país de leitores e leitoras.

Compreendeu-se também que a elaboração de planos de leitura e escrita devem ser fruto de um trabalho de construção da democracia participativa e do reconhecimento das diversidades e peculiaridades das gentes e dos territórios. Essa orientação partiu do entendimento de que a leitura e a escrita devem ser percebidas como práticas sociais e culturais que expressam a multiplicidade de visões do mundo e, ao praticarem esse movimento, realizam um esforço de interpretação que se relaciona a inúmeros contextos socioculturais e territoriais, dentre outros. Com esse entendimento, o PNLL teve, desde o princípio, o objetivo de agregar a sociedade civil à concepção e à construção do Plano, principalmente todos e todas que eram ativistas ou profissionais do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas.

Na prática, esses conceitos includentes se afirmaram por intermédio da escuta e do diálogo realizados em centenas de reuniões, encontros, seminários e consultas públicas virtuais. Partindo de nossa estrutura política federativa, constituída pela União (poder federal), Estados (poderes regionais) e Municípios (poderes locais), durante 18 meses realizaram-se escutas em todo o país, abrangendo as cinco regiões administrativas. Os objetivos centrais dos diálogos buscavam entender os processos regionais de formação de leitores, suas culturas orais e escritas, suas expressões linguísticas que formavam o imaginário e a fabulação de cada núcleo de pessoas no imenso território brasileiro.

O resultado desse esforço integrador pela escuta das diversidades culturais foi um maior conhecimento das reais necessidades dos territórios e dos caminhos utilizados pelos profissionais e ativistas para a formação de leitores e leitoras em seus espaços geográficos e sociais. Tudo isso nos conduziu a um texto sólido, verdadeiro diagnóstico de onde estávamos e orientação do que seria essencial no primeiro PNLL que o Brasil construiu.

A experiência brasileira nos últimos 20 anos, ao tratar do tema “Levar a leitura a todo o território”, realizou nos primeiros quatro anos do PNLL um movimento dialético, no qual primeiro se escutaram os territórios e, posteriormente, no atrito virtuoso das diversidades, se forjaram os conceitos básicos, os princípios norteadores, os objetivos e metas, os eixos de ação que estruturaram programas e projetos.

Essa marca originária do PNLL, que posteriormente se tornou Política de Estado ao ser legalizada pela Lei 13.696/2018, que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita/PNLE, aprofundou-se quando o Plano começou a ser executado nos programas dos ministérios da Cultura e da Educação. Sentiu-se a necessidade de não apenas dotar o PNLL de diretrizes territoriais, mas fortalecer o Plano Nacional ainda mais à medida que suas diretrizes pudessem ser aplicadas profundamente

às necessidades locais dos Estados e dos Municípios. Iniciou-se então, a partir de 2009, o incentivo à construção de Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – PELLB e PMLLB – tendo como referência o PNLL e sua metodologia de construção participativa.

Os planos locais devem expressar as necessidades sentidas pelos habitantes do município e/ou do estado, reconhecendo em profundidade as singularidades desses territórios. O ato de construção e de desenvolvimento dos planos locais é, portanto, ainda mais significativo porque, ao ouvir e refletir com os municípios de um determinado estado, a probabilidade de se atender às necessidades de formação leitora de uma localidade se multiplica. Observa-se, igualmente, outro ponto importante: as pessoas daquele município e daquele estado começam a se reconhecer como agentes transformadores ativos, engajados em um movimento real de formar leitores, não apenas beneficiários, mas protagonistas de algo que lhes parece importante.

Nem é preciso dizer que esse percurso é árduo e requer uma alta dose de práticas democráticas de relacionamento humano, nas quais a empatia deve ser exercida de maneira plena. Colocar-se no lugar do outro é uma das tarefas mais difíceis no mundo contemporâneo, onde a individualidade se sobrepõe ao coletivo e ao bem comum.

No entanto, se bem conduzido, esse processo político de diálogo democrático e construção coletiva que reconhece e estimula as diferenças próprias da criação cultural, que são a base da escrita e da leitura, traz altos rendimentos para a consolidação dos planos de leitura e escrita porque cria nas comunidades o sentimento de apropriação, de pertencimento real de uma política de estado que precisa ser permanente e aperfeiçoada ao longo do tempo, acompanhando as evoluções culturais, educacionais e sociais dos territórios e do país.

É imperativo afirmar que a implantação de um PNLL com esse perfil depende totalmente de um ambiente político democrático e governos que tenham a inclusão social como objetivo. Os últimos 20 anos no Brasil foram marcados pela afirmação da democracia e da justiça social, características dos primeiros anos do PNLL e de seu sucesso, mas também pelas tentativas de retrocesso ao autoritarismo e à injustiça social, refletidas na anulação objetiva do PNLL de 2016 a 2022. O processo virtuoso de construção de planos estaduais e municipais foi interrompido e poucos territórios conseguiram realizá-los. A partir de 2023, com a retomada democrática, já se nota novo movimento pelos Planos regionais e locais, a esperança se reacende.

A experiência brasileira de chegar aonde a cidadania está demonstra que, em regiões em que o processo foi vitorioso, o PNLL é chamado pelos ativistas da leitura como “o nosso Plano”. Ele não é uma ideia abstrata, se expressa por ações públicas e privadas em seu lugar de moradia. E isso diz muito sobre o êxito e a resiliência necessária para efetivar uma política de longo prazo, como é o caso da formação de leitores e leitoras e seus PNL.

Nota biográfica – José Castilho

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo/USP, professor aposentado na Universidade Estadual Paulista/UNESP, pesquisador, conferencista, escritor, editor e gestor público. É consultor internacional na *JCastilho – Gestão&Projetos – Livro-Leitura-Biblioteca* (www.jcastilhoconsultoria.com.br) e conselheiro de várias instituições culturais e educacionais. Dirigiu diversas instituições culturais ligadas ao livro e à formação de leitores: Editora UNESP (27 anos), Biblioteca Pública Mário de Andrade - São Paulo (3 anos), Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil (8 anos). Presidiu em vários mandatos à Associação Brasileira e à Associação Latino-americana de Editoras Universitárias – ABEU e EULAC. Escreveu livros e artigos em sua área de atuação. A Lei 13.696/2018, da PNLE – Política Nacional de Leitura e Escrita do Brasil – é apelidada com seu nome em reconhecimento ao seu trabalho em prol do livro e da formação de leitores.

Links de referência para quem quiser conhecer mais sobre o PNLL-Brasil

1. Texto do Plano Nacional do Livro e Leitura – Brasil
 - <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll/arquivos/caderno-pnll.pdf>
2. Guia para elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura – Brasil
 - <https://secult.al.gov.br/documentos?task=download.send&id=1719&catid=713&m=0>
3. PNLL – Textos e História (2006-2010), José Castilho Marques Neto (organizador), Editora Cultura Acadêmica, São Paulo, 2010.
 - <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/490/1/PNLL.pdf>
4. Lei 13.696/2018, que institui no Brasil a Política Nacional de Leitura e Escrita – PNLE
 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm

I Encontro da Rede de Planos Locais de Leitura

Planos Locais de Leitura

Partilha de práticas

Municípios em rede

O I Encontro da Rede Planos Locais de Leitura junta municípios para partilhar práticas, reforçar sinergias e consolidar a promoção da leitura nos territórios.



I Encontro da Rede de Planos Locais de Leitura



Sertã, 4 de julho



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Plano Nacional
de Leitura 2027

LeR⁺



sertãmunicípio

No centro do País, mais perto de Si

MARATONA DE
LEITURA
SERTÃ



“Tanto, em tão pouco espaço” – Bibliomóvel de Penafiel

Promoção da Leitura

Interação

Comunidade

Bibliomóvel

O Bibliomóvel, com um espaço reduzido e acolhedor, permite o livre acesso aos 7000 documentos que constituem o seu fundo bibliográfico.

Integrada na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e na Rede de Bibliotecas do Douro, Tâmega e Sousa, no âmbito do Plano Local de Leitura, o *Bibliomóvel* de Penafiel promove atividades junto da população do Município de Penafiel.

O acesso livre aos livros e a interação contínua entre utilizadores e bibliotecário constituem a primeira etapa da promoção da leitura. Além do empréstimo domiciliário, o *Bibliomóvel* inclui na sua programação “horas do conto” para creches, jardins-de-infância, escolas básicas e centros de dia.

Pertencendo a maioria dos seus leitores à comunidade escolar, fruto da interação entre os diferentes agentes que a constituem – professores bibliotecários e a Biblioteca Municipal de Penafiel –, com esta atividade potencia-se o interesse pela leitura, despertando a curiosidade pelo objeto e sua utilidade lúdica, desenvolvendo autonomia e pensamento, fundamentais para a educação dos mais jovens.

Estas iniciativas contribuem para o contacto mais próximo com o livro, associando-o a rotinas de aprendizagem, possibilitando a escuta de leituras fora do âmbito exclusivo da escola.

O *Bibliomóvel*, com um espaço reduzido e acolhedor, permite o livre acesso aos 7000 documentos que constituem o seu fundo bibliográfico (bem como ao restante espólio documental da Biblioteca), sendo ainda possível aceder à restante programação da Biblioteca Municipal e outras atividades culturais promovidas pelo Município de Penafiel.

Ligação para o projeto: [Bibliomóvel de Penafiel](#)





Partilha de práticas

Ler não custa nada

Sugestões de leitura

Hábitos de leitura

Acesso à leitura

Desde 2014, o projeto aposta na aquisição de livros novos para as Bibliotecas Municipais, com base nas sugestões dos leitores e na criação de pontos de entrega e recolha de livros, em todas as freguesias.

O “**Ler não custa nada**” é uma iniciativa do Município de Valongo que visa promover hábitos de leitura junto da comunidade em geral e dos funcionários municipais. Desde 2014, o projeto aposta na aquisição de livros novos para as Bibliotecas Municipais, com base nas sugestões dos leitores, e na criação de pontos de entrega e recolha de livros, em todas as freguesias, tanto em bibliotecas como nos Espaços Cidadão, facilitando assim o acesso à leitura em todo o concelho. Em 2023, o projeto foi alargado aos colaboradores da autarquia, com a disponibilização de livros nas instalações municipais, promovendo a leitura nos espaços de trabalho. Esta iniciativa tem contribuído para o enriquecimento cultural da população e dos funcionários, contando com uma adesão significativa. Tendo em consideração tratar-se de um projeto à escala concelhia, a principal dificuldade reside na gestão logística. No entanto, o impacto positivo justifica a sua continuidade.

Ligação para o projeto: [Ler não custa nada nos espaços municipais de Valongo | Câmara Municipal de Valongo.](#)



Bibliotecas itinerantes em Portugal – Tanto por tão pouco para todas as pessoas

Bibliotecas Itinerantes

Comunidades

Inclusão

Não perca a oportunidade de aprender mais sobre o tema. Inscreva-se ou inscreva a instituição que representa na oficina de formação *online* gratuita.

Carregue [aqui](#) para se inscrever.



Nuno Marçal, pai do Tomás. 50 anos de vida, 25 anos a tentar ser e fazer acontecer um protótipo inacabado de bibliotecário que sonhou ser arqueólogo, passou por ser um sociólogo sem sair do papel e desde 2006 vestiu uma espécie de vestimenta que lhe permitiu sentir-se pleno e mais inteiro ao volante de uma máquina infernal de ir, levar e dar Biblioteca Pública sobre rodas em terras, estradas e pessoas de Proença-a-Nova.

“Bibliotecas itinerantes em Portugal – Tanto por tão pouco para todas as pessoas” foi o título que surgiu na minha cabeça e gostaria muito que esta oficina de formação fosse um espaço de partilha mútua e recíproca sobre história e histórias em torno deste serviço emblemático com um passado glorioso e um presente que se projeta num futuro com muitos futuros dentro. As Bibliotecas Públicas talvez sejam um dos últimos bastiões desse espaço que se quer e deseja seja e aconteça para todas as pessoas. Com esse intuito, elas têm que estar mais atentas, mais ativas, mais proativas e mais vivas para convidarem e irem ao encontro das necessidades, vontades, anseios, dificuldades e constrangimentos, para que voltem a ser importantes na sociedade, relevantes nas comunidades e úteis para todas as pessoas.




Plano Nacional
de Leitura 2027

Questionário sobre hábitos de leitura dos Encarregados de Educação

LeR⁺

Como leem os pais e encarregados de educação? E que práticas de leitura partilham em família? Este questionário pode ser usado pelos municípios nos seus territórios.

Acedam, copiem e apliquem: [Questionário sobre hábitos de leitura dos Encarregados de Educação](#)

Sugestão de Leitura



Os dias do ruído

DAVID MACHADO

DOM QUIXOTE

Laura, uma corajosa repórter que percorre o mundo cobrindo os acontecimentos mais dramáticos e relevantes, muito habituada a cenários de guerra, está um dia num café em Paris e mata um terrorista que se prepara para perpetrar um ataque. O romance explora as consequências deste ato heroico, num mundo dominado pelas redes sociais.

